

Empresários negam, mas atividade confirma o engajamento eleitoral

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

293

São Paulo — Apesar de todo o esforço despendido para não caracterizar sua participação na disputa eleitoral no segundo turno, evitando a tese do confronto entre trabalho e capital, que poderia ser explorado eleitoralmente pelo candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, as entidades empresariais estão completamente envolvidas no processo sucessório a favor de Collor de Mello, do PRN.

A prova desse engajamento foi dada ontem na Fiesp, ao final de reunião de presidentes das 24 federações de indústrias do País, sob a coordenação da Confederação Nacionais da Indústria, com a distribuição entre os empresários de um envelope selado pela Fiesp contendo documentos e informações sobre o PT e a Frente Brasil Popular. No envelope estavam cópias de revistas e panfletos do PT, uma cópia serotífica do PAG — Programa Alternativo de Governo — do partido (preparado sob a coordenação do professor Aloísio Mercadante Oliva), além de uma avaliação minuciosa feita por computador com o sugestivo título de “Considerações sobre a documentação do PT”.

A análise de responsabilidade da CNI cujo presidente, senador

Albano Franco, é *collorista* de primeira hora — deveria permanecer em sigilo, mas o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, José de Alencar Gomes da Silva, abriu o envelope diante de alguns repórteres. Imediatamente foi recriminado pelo presidente da Federação das Indústrias do Paraná, um dos articuladores do movimento, sob a alegação de que as informações ali contidas têm caráter confidencial.

A descoberta de que correm entre os empresários apenas informações a respeito do PT, além de análises do comportamento do partido, deixou os empresários constrangidos, mas a assessoria de Imprensa da Fiesp informou não ter conhecimento oficial da questão, garantindo que a entidade cedeu apenas os envelopes para que os documentos pudessem ser entregues aos presidentes das federações de indústrias.

O aparecimento do envelope também serviu para desmentir todas as declarações dos empresários que participaram da reunião na Fiesp de que o assunto principal se relacionou a questões empresariais e não o quadro da conjuntura política. “Discutimos as questões políticas de forma global e não candidaturas ou engajamento empresarial”, reconheceu o presidente da Fiemge,

José de Alencar, lembrando mais uma vez que as entidades patronais ou de trabalhadores são proibidas por estatutos próprios de fazer política partidária. “Se não tudo vira um corporativismo danoso para o País”, observou.

Para Alencar os integrantes do Fórum Empresarial cometeram um erro ao declarar seu voto no segundo turno a favor de Fernando Collor de Mello. “Não há como desvincular a condição de presidente de uma entidade da declaração de voto como pessoa física. Eu admito que é difícil para as pessoas entenderem isso. Seria o mesmo que o ministro da Fazenda dizer assim: “eu pessoalmente sou favorável à suspensão do pagamento da dívida externa, mas como ministro da Fazenda tenho de negociar a dívida”, explicou.

Na opinião de Alencar, não é correto afirmar que todo o empresariado vá descarregar seu apoio a Collor no segundo turno. “Temos de estudar as propostas, o momento é este, e penso que em Minas há empresários que votarão em Lula, dependendo do quadro de alianças que os dois candidatos fizerem para essa disputa”, disse. Ele reconheceu porém que a opção por Lula é mais remota na medida que o líder petista não desvinculou sua campanha das intenções de corporativismo.